

A História e a identidade negra nas fontes primárias do MNU.

O desafio para os negros americanos no início do novo século (...) era captar as continuidades que vinculavam seu presente infortúnio aos horrores específicos de seu passado e conectar seus sofrimentos contemporâneos à subordinação infligida a outras populações de cor por um inimigo comum. (Paul Gilroy, 2001, p 251)

RESUMO

A pergunta fundamental que artigo visa responder é: como História do Brasil é apresentada no discurso do Movimento Negro Unificado (MNU)? Através da análise textual dos documentos selecionados, o texto abordará como o MNU construiu uma representação da História do Brasil. O MNU é organização fundada em 1978 com objetivo de lutar contra o racismo em âmbito nacional com atividades regulares até hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo, discriminação, preconceito e identidade.

INTRODUÇÃO

É comum falarmos sobre o uso político da História pelo Estado ou por uma elite que o monopoliza. A Inglaterra desde o final do século XIX até o início do XX, por exemplo, baseada em pesquisas arqueológicas e históricas, redesenhou as imagens proporcionadas pela Roma Clássica para ajudar a definir um mito de origem inglês e justificar a “missão” imperialista sobre a Índia, estabelecendo uma linha de continuidade direta entre o imperialismo inglês e o romano. (HINGLEY, 2002.)

A Alemanha, quando dominava a França durante o Regime de Vichy (1940-1944), utilizou a Arqueologia e a Educação para fazer uma releitura das “origens” nacionais francesas, tomando como base o passado grego-romano, para daí formar um discurso que legitimasse o domínio alemão. O novo regime autocrático argumentou que da mesma forma que a Gália fora beneficiada com a conquista romana, a França também seria beneficiada com a chegada dos alemães, demonstrando através do passado os benefícios que a França receberia se aceitasse a dominação alemã. (SILVA, 2000.) Assim, os Estados-nacionais como Inglaterra e Alemanha idealizaram o passado greco-romano na tentativa de buscar uma ligação entre este e suas respectivas histórias domésticas que justificasse seus interesses nacionais.

Há outros exemplos do uso político da História e da Arqueologia pelo Estado como estratégia para justificar seus interesses, a exemplo da universalização do ensino de História nos currículos escolares em praticamente todos os Estados-nacionais. Essas unidades discursivas deram respaldo científico para a constituição dos Estados-nacionais. Mas o que acontece quando aqueles que estão à margem do poder do Estado resolvem contestar esse uso político da História ou da Arqueologia? Ou seja, quando eles fazem uso político destas unidades discursivas e resolvem escrever a história a seu modo? Quais são seus porquês, suas justificativas, o que contestam e como reescrevem a história?

O Movimento Negro Unificado¹ (MNU) é uma das mais conhecidas entidades² do movimento negro que questionou o que eles chamam de “História oficial”. Fundado em 1978, na cidade de São Paulo, com objetivo de lutar contra a discriminação racial, o MNU foi uma tentativa de unificar o novo movimento negro da década de 1970 para consolidar a ação conjunta das entidades já existentes. Este artigo discute, justamente, a interpretação do MNU sobre a África e ligação com desta com o Brasil.

¹ Através dos “centros de luta”, localizados nos principais centros urbanos, o MNU consegue ter uma abrangência nacional, segundo a própria entidade. Em 1988 os centros de luta estavam presentes em 15 cidades do Brasil e em 2002 estavam espalhados por treze Estados.

² Entidade é a forma costumeira que os militantes usam para se referir a uma organização do movimento negro.

MATERIAL E MÉTODO

Através da análise textual dos documentos selecionados, o texto abordará como o MNU construiu uma representação da História do Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao pesquisar as fontes primárias produzidas pelo Movimento Negro Unificado (MNU), pude perceber quais eram os campos temáticos referentes à História do Brasil preferidos pela entidade. Analisei os documentos para reuni-los dentro de quatro campos temáticos: “Escravidão”, “Abolição”, “Pós-Abolição” e “O MNU escreve sua História”. Dentro de cada campo, procuro analisar a visão do MNU sobre a História.

Escravidão

O entendimento sobre a escravidão por parte do MNU foi reelaborado no sentido de lhe extrair um sentido positivo especialmente no que concerne à resistência escrava. O que era inicialmente sentido como maldição – a ausência de lar ou exílio forçado – é reapropriado, é reconstruído como base um ponto de vista privilegiado a partir do qual certas percepções úteis e críticas sobre o mundo. (GILROY, 2001, p. 224)

1. Resistência

É evidente que a sensação de pertencer a uma tradição antiquíssima de rebelião fornece satisfação emocional, mas como e por quê? (HOBSBAWM, 1998, p. 33.)

A pergunta de Hobsbawm refere-se a um contexto muito diverso daquele que estudo, mas serve-me adequadamente para apresentar ao leitor tema desta parte do artigo. O MNU estabelece laços de continuidade entre a resistência dos escravos e a atual luta contra o racismo quando descreve o passado. Pretendo responder neste capítulo como e por quê.

O MNU procurou em seus textos reavaliar o papel do negro na História do Brasil. Segundo a entidade, “esta História contada **nos livros didáticos e na Escola brasileira** omite, distorce e não coloca o negro como sujeito que contribuiu para a construção do país com sua cultura e sua luta para libertação”. (MNU, 1988, p. 6. Grifo meu) Neste trecho, o MNU dirige suas críticas às escolas e aos livros didáticos, mas estes não serão os únicos alvos de suas críticas. Em seus textos referentes à escravidão, o MNU contesta também o que a entidade entende por “História Oficial” escrita pelos historiadores ou “escribas”.

Os **escribas da historiografia oficial** comprometida com os interesses das elites dominantes, afirmam que **os negros africanos escravos** eram dóceis e servis e se submeteram passivamente à escravidão. (Ibid. p. 53. Grifos meus)

A palavra “escribas”, referindo-se aos historiadores, ajuda a desqualificar o que o MNU entende por “historiografia oficial” comprometida com a “elite dominante”. Para projetar o negro como sujeito da História, a imagem dos escravos dóceis e passivos torna-se alvo quase que obrigatório das críticas historiográficas do MNU. Estas críticas abrem espaço para que o MNU possa afirmar que o “negro brasileiro” realizou e participou de uma “série de movimentos, insurreições, revoluções, rebeliões, de luta dos negros africanos contra o regime da escravatura no Brasil”. (Ibid.) O objetivo é construir uma memória positiva do “negro africano escravo”, identificando a imagem deste a de um rebelde. Assim, o MNU procurou identificar nas ações dos escravos atitudes de resistência à escravidão.

Para o MNU, a resistência do escravo dá-se de duas formas: a resistência passiva e a ativa. A primeira consiste na “resistência cotidiana agilizada na defesa da vida privada” (Ibid. p. 54), nas sabotagens, nos roubos, nos atrasos intencionais. Aspectos da cultura como: a música e a religião, também são apontadas como resistência passiva. Essas seriam as formas pelas quais o escravo enfrentava o “massacre” psicológico causado pela escravidão, podendo preservar a “identidade” e as “raízes” ditas de origem africana. A resistência ativa ou forma de luta violenta seriam:

(...) os suicídios, infanticídios e envenenamentos, rebeliões, revoltas, crimes e agressões acompanhados de homicídios, fugas em grupos ou individualmente que se convertem nos quilombos, que exigiram grandes esforços do estado colonial e imperial para destruí-los. (Ibid.)

Este discurso sobre a História da escravidão apresenta alguns indícios da imagem que o MNU quer construir sobre o escravo. Além das rebeliões e revoltas, o suicídio e o infanticídio aparecem como formas de resistência. Desta maneira, o que para alguns poderia ser interpretado como desespero diante da violência da escravidão, o MNU entende como um ato de resistência. O escravo resiste mesmo quando se mata ou provoca a morte de seus filhos.

No entanto, o ato de resistência por excelência, na opinião do MNU, partia dos quilombos, e dentre estes, o de Palmares. O MNU dedicou especial atenção aos quilombos com o objetivo de qualificar positivamente a luta dos quilombolas, mesmo quando estes são derrotados. Eles “exigiram grandes esforços do estado (...) para destruí-los” (Ibid.), escreve o MNU. Assim, a entidade usa uma narrativa para qualificar a força dos escravos, sendo a citação acima uma descrição do potencial de resistência dos quilombolas. Os “grandes esforços” que qualificavam as ações do Estado, na verdade, confirmam a capacidade de resistência dos quilombos. A imagem da determinação e da persistência do escravo, ou seja, a imagem do “incansável” lutador completa a tentativa do MNU de criticar a efígie do escravo passivo e dócil.

Portanto, contrariamente a grande parte da **historiografia oficial**, a história do Brasil é coroada por um rosário de rebeliões e atitudes radicais de escravos rebelados. A rebeldia foi uma **constante** na vida do escravo, manifestada das mais variadas maneiras, de norte a sul, de leste a oeste, em toda parte onde houve utilização do trabalho escravo. (Ibid. p. 55. Grifo meu).

Ana Cecília da Silva afirma que “durante o período da escravidão no Brasil **o negro** mostrou através da sua luta de resistência, nos Quilombos e nas insurreições armadas, ser impossível vencê-lo pela força...”. (SILVA, apud MNU, 1988, p. 48. Grifo meu) A ênfase na resistência e na força do negro torna-se então um discurso mítico: a invencibilidade do negro. E como a autora usa a palavra negro e não a palavra escravo, ela “transfere” esse poder de invencibilidade ao negro contemporâneo, pois esta seria uma qualidade do negro e não somente do escravo. Esse é um dos muitos exemplos nos quais os militantes do MNU buscam uma relação de continuidade direta entre a “resistência” do escravo e do negro contemporâneo, entre o passado e o presente de forma ahistórica.

2. Revoltas

Além destas descrições gerais do escravo como um resistente, encontrei também nos documentos do MNU narrativas sobre revoltas, rebeliões e quilombos. Entre alguns, estão: o Quilombo de Palmares, a Revolta dos Alfaiates (Inconfidência Baiana), a Revolta Pernambucana de 1817 e a Revolta dos Malês em 1835 na Bahia. A análise destas narrativas pode nos ajudar a compreender a construção da imagem do escravo pelo MNU.

As revoltas e rebeliões narradas pelo MNU são caracterizadas de duas formas: as “autênticas” – conduzidas e estruturadas pelos escravos que contestavam a violência e a repressão – e as revoltas liberais ou urbanas que contestavam o sistema escravocrata como um todo, motivadas por ideias liberais.

2.1. Revoltas Liberais

O MNU narrou a Inconfidência Baiana de 1798 como a revolta “mais avançada” (MNU, 1988, p. 56) antes da Independência do Brasil. Ela seria inspirada pelos ideais liberais da Revolução Francesa popularizadas pelos intelectuais. No entanto, a revolta tinha como principal apoiador as “classes populares”, as quais, segundo o MNU, compunham-se de negros em sua maioria. Eles seriam “os alfaiates, artesãos, soldados, sapateiros, ex-escravos e escravos”. (Ibid.) Seus objetivos eram a independência do Brasil, “um regime de igualdade para todos onde não houvesse preconceito de raça e classe e cada um fosse julgado pelo seu merecimento”. (Ibid.) A falta de apoio dos intelectuais aos setores mais radicais foi apontada pelo MNU como fator determinante para a desorganização da revolta que acabou não se efetivando.

Antes de apresentar a próxima revolta gostaria apenas de chamar a atenção para três pontos: a afirmação por parte do MNU de que a grande maioria dos revoltosos era formada por negros; o destaque à defesa da Abolição da escravatura e ao fim da discriminação racial como objetivos da revolta, e o condicionamento da vitória da revolta ao apoio dos intelectuais.

A Revolta Pernambucana de 1819 recebeu uma narrativa mais discreta. De acordo com o MNU, os objetivos da revolta que chegou a ganhar as ruas eram “idênticos aos dos confidentes baianos” (Ibid. p. 57), muito embora afirme que as propostas eram bem menos avançadas e radicais. De composição social mais heterogênea, os negros teriam um papel menos evidente que na revolta baiana, mas ambas teriam sido reprimidas violentamente.

Esses dois exemplos de revoltas urbanas do período colonial e imperial apresentaram uma questão teórica em comum. Para o MNU, as revoltas liberais, que pretendiam alterar a estrutura da sociedade mercantilista, contavam com a participação de diferentes classes sociais: a elite “branca” intelectualizada e as “classes populares”. Mas como o MNU define o papel de cada “classe” na revolta? Vamos então voltar ao texto do MNU para responder à pergunta.

A participação dos escravos nos movimentos políticos que ocorreram durante o **regime servil** (período colonial e imperial) **foi decorrência da situação em que se encontravam**. (...) Se, demograficamente, pesava de maneira esmagadora, tinha, no entanto, contra si, a *alienação* em que se encontravam. (Ibid. p. 54. Grifos meus)

Assim, o escravo por ser *alienado*, segundo o MNU, não tinha condições para organizar um “movimento político”, o que o obrigava a participar das revoltas organizadas por outras “classes”. O MNU completa sua análise sobre o escravo afirmando que ele compunha a “classe” que era fator de atraso dos meios de produção; era considerado uma mercadoria e um “simples objeto” pela sociedade escravista que restringia totalmente a ação política do escravo.

Tal situação levou os escravos desde muito cedo a participarem como aliados nas lutas, levantamentos e tentativas de sedição que diversas camadas sociais realizaram ou organizaram (...) (Ibid. p. 55.)

Deste modo, essas revoltas são apontadas pelo MNU como o resultado da contradição da sociedade escravista. O **latifúndio escravista** impediria “o surgimento de uma **burguesia** que se formava como **crosta**, cristalizando **interesses próprios e entrava em choque com tal sistema**. No tal sistema o **escravo** se encontrava de um lado, **como força de trabalho** decisiva das **forças tradicionais da economia**, mas, de outro, transformava-se em **negação da economia**”. (Ibid. Grifos meus) Identificam-se, desta forma, as três “classes” da sociedade escravista no texto do MNU: a “burguesia”, que teria seus próprios interesses, mas ainda estaria ligada às “forças tradicionais da economia” que compunham a segunda classe, e por último, o “escravo” seria a força de trabalho que atrasava a economia, compondo a terceira classe. A burguesia que queria modernizar a economia e eliminar seu fator de atraso enxergaria no escravo um aliado. Isso explica por que o MNU considera necessário que os intelectuais participassem da revolta, não podendo ficar a cargo apenas dos escravos. Podemos identificar aqui a teoria que orientou a análise que o MNU faz sobre a Abolição. No entanto, esta posição do MNU será revista na década de 1990 quando a entidade reavaliará a interpretação que faz sobre a exclusão social do negro após a Abolição.

O MNU reforça, ainda, a ideia de resistência dos “escravos” através da afirmação de que eles não só participaram dessas revoltas como também eram a maioria nessas. As revoltas tornam-se especialmente importantes para o MNU quando elas se posicionaram favoráveis ao fim discriminação racial. Isto cria um ponto de ligação com o presente através da reivindicação do fim da discriminação

racial e pela ideia de resistência. Os militantes contemporâneos seriam herdeiros dessa tradição de resistência e luta, transmitindo, desta maneira, a ideia de continuidade na luta contra discriminação racial desde a escravidão até os dias atuais.

Vale ressaltar que os ideais do Movimento Negro Unificado foram elaborados nos **ensinamentos da Ancestralidade Negra**, que resistiu bravamente às injustiças e desigualdades de um passado nada distante. (AZEVEDO, in *Jornal Questões Negras*, 1998, p. 2. Grifo meu.)

O *Jornal Questões Negras* (1998, p.77) também traz uma manchete sobre a Revolta dos Alfaiates. Edson Borges – pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos e militante do MNU – escreveu o texto sobre a Revolta dos Búzios ou Revolta dos Alfaiates. Sua análise sobre a revolta é mais detalhada do que a anterior. É um texto mais acadêmico, com bibliografia e referências, além de contextualizar melhor a revolta. No entanto, a versão do MNU apresentada acima e a de Borges têm muitos pontos em comum. Permanece em ambas a tese de que a revolta era de cunho liberal liderada por intelectuais, mas que se afastaram à medida que as reivindicações se radicalizavam. A Revolta seria a “Primeira Revolução Social Brasileira”. (RUY apud BORGES in *Jornal Questões Negras*, 1998, p. 8) Também prevalece a tese de que o levante teve problemas na organização.

O levante foi desestruturado, em parte devido a sua organização rudimentar e à falta de uma estrutura definida para ações concretas. (BORGES in *Jornal Questões Negras*, 1998, p. 8)

Contudo, diferentemente da primeira versão, ele não atribuiu essa falta de comando à ausência dos intelectuais enquanto vanguarda da revolta, de forma tão determinante quanto vemos no trecho seguinte escrito pelo MNU.

A conspiração, porém, não ganhou a amplitude exigida para vencer, pois os intelectuais a ela engajados, dada a sua posição socioeconômica, não decidiram apoiar firmemente as camadas sociais mais descontentes e radicais. (MNU, 1998, p. 56)

Isso acontece porque Borges abandona a ideia de alienação do escravo, pois ele apresenta uma teia de comunicação entre os revoltosos, partindo da linguagem escrita à oral, ou seja, textos escritos na colônia ou opiniões de recém-chegados da Europa circulavam entre os alfabetizados na forma de panfletos e eram posteriormente transmitidos aos analfabetos, revelando o “caminho” da circulação de ideias. (BORGES in *Jornal Questões Negras*, 1998, p.8)

Apesar de Borges ser membro do MNU não posso afirmar que sua visão se estendesse aos demais membros. No entanto, podemos afirmar, com certeza, que as novas abordagens acadêmicas sobre o escravo chegaram até a entidade através de seus membros, já que muitos deles, como o autor, são pesquisadores acadêmicos, revelando também a dinâmica da construção da identidade negra. O texto de Borges é um primeiro indício de que a interpretação do MNU sobre o escravo começou a mudar na década de 1990.

Mas ainda não comentei aquele que considero um dos pontos mais interessantes: a ideia de continuidade na luta contra a discriminação. Sobre este assunto, Yedo Ferreira, também militante do MNU, faz uma pergunta reveladora comentando a Revolta dos Búzios.

O que pode ser considerado comum aos negros de ontem e de hoje, separados pelo tempo e localizados em espaços diferentes nesta data em que se considera os 200 anos? (FERREIRA in *Jornal Questões Negras*, 1998, p. 3)

A Revolta dos Búzios, nas duas versões, e também a Revolta Pernambucana apresentaram um legado: “a luta dos negros”. Segundo Borges, alguns ideais dos Alfaiates são atuais até hoje, como o fim da discriminação racial. Mas estes são atuais porque ele entende que existe uma continuidade entre a exclusão dos escravos e a exclusão dos negros contemporâneos.

(...) o Brasil vive a expressão de um apartheid, em que sua população negra ou “não-branca” está sujeita a uma **elite branca minoritária**, racista, excludente e, em parte, **originária dos ganhos acumulados com o tráfico de escravos e com as relações sociais e de produção escravistas**. Desta forma, duzentos anos após a Revolta dos

Búzios ainda necessitamos urgentemente de políticas raciais e sociais que beneficiem diretamente homens negros e mulheres e crianças negras brasileiras. (BORGES in *Jornal Questões Negras*, 1998, p. 8)

Deste modo, não somente a exclusão social teria perdurado da escravidão à sociedade atual, mas também perduraram os mesmos exploradores e os mesmos explorados. A “elite dominante” de hoje é, assim, descendente direta da “elite” que promoveu a escravidão, da mesma forma que os negros são descendentes diretos dos escravos. Estabelece-se, portanto, uma continuidade da exclusão social do negro, assim como a necessidade da continuidade da luta.

A história do negro no Brasil é uma história de luta. São quase 500 anos de luta, de resistência contra a escravidão, o racismo, a opressão e a exploração. (MNU, 1988, p. 54)

2.2 Revoltas Autênticas

Além dessas revoltas, há o relato das chamadas “autênticas”, conduzidas e estruturadas por negros. A Balaiada do Maranhão (1838- 1841) e a Revolta dos Malês em 1835 na Bahia são lembradas pelos militantes do MNU como “autênticas” revoltas dos negros. Esta última é definida pelo MNU como uma revolta político-religiosa organizada pelos Hauçás e Nagôs ou Malês, que eram negros muçulmanos escravizados e que lutavam pela liberdade e eram movidos pela fé.

Outra versão sobre a Revolta dos Malês assinada por várias entidades, dentre elas o MNU, justifica a importância de se lembrar esta Revolta. Para o MNU, além das demais entidades que subscreveram o texto, historiar ou lembrar o passado não é mera “curiosidade” ou somente um discurso ufanista, mas também um discurso político, na medida em que ele deseja **ativar novamente** a consciência da população, através de narrativas históricas de resistência dos escravos, acreditando que essas narrativas podem convencer e mobilizar ou motivar as pessoas em torno de interesses comuns contra o racismo.

Nós entidades negras e não-negras (...) **explicitamente** colocamos que: **lembrar a “Revolta dos Malês” é reativar a consciência da população** em geral de que unidos podemos ter forças suficientes para exterminar o racismo no País. (MNU, CENTRO DE CULTURA NEGRA, COMITÊ BRASILEIRO ANTI-APARTHEID etc. 1998. Folheto. Grifos meus.)

Em outra versão escrita em seu livro, o MNU aponta ainda, que eles sabiam ler e escrever em árabe para estudar o Corão e planejar a “guerra santa”. Diz o texto: “Os documentos apreendidos na malograda rebelião dos Malês de 1835 demonstrara o alto grau de alfabetização dos hauçás. (...) Os escravos hauçás, rapidamente, passaram a ter um nível cultural bem superior ao dos seus senhores”. (MNU, 1988, p. 59) Além de pretender conscientizar os negros da importância de lembrar a Revolta de Malês para luta atual, o MNU recorreu a essa revolta para combater a ideia de inferioridade racial. O texto, desta forma, procura demonstrar a capacidade intelectual dos Malês. No entanto, eles acabam reforçando a noção de “níveis culturais”, o que obviamente contribui para reforçar a ideia de que existem os superiores e os inferiores culturalmente de acordo com esses níveis.

3. Quilombo de Palmares

Nenhuma dessas revoltas teve o destaque dos “quilombos”, pois encontrei apenas duas ou três versões para cada revolta e cerca de vinte e cinco versões sobre os quilombos, principalmente sobre o Quilombo dos Palmares, rendendo inúmeras imagens sobre este.

Qualquer tentativa de procurar autenticidade das lutas negras em outros movimentos fora dos QUILOMBOS e nos grupos religiosos é no mínimo dispersivo. (Ibid. p. 60)

O livro comemorativo do MNU localiza Palmares no tempo e no espaço – de 1600 a 1695, na Serra da Barriga, atual Estado de Pernambuco, com uma população de cerca de cinquenta mil pessoas. Palmares é descrito em sua organização econômica, social, cultural, militar e política dividida em aldeias

ou mocambos, e também suas práticas agrícolas e as técnicas empregadas, assim como os costumes. Esta descrição apresenta Palmares ao leitor antes da narração sobre a morte de Zumbi e o fim de Palmares e, obviamente, tem como objetivo criar uma empatia entre o leitor e Palmares. O governo republicano de Palmares seria composto por um “Rei” e por um “Conselho” com os principais chefes dos quilombos que compunham Palmares. Quando havia assuntos relevantes, o Conselho se reunia periodicamente, segundo o MNU. O primeiro líder que governou até 1678, Ganga-Zumba, foi sucedido por Zumbi, que teria se tornado “um grande líder incontestável e grande herói de Palmares”. (Ibid. p. 61)

A descrição da organização política apresenta a primeira oposição entre a “sociedade colonial” e Palmares. Este é apresentado como uma “República Negra Livre, aberta, independente e democrática.” (Ibid.) Palmares é, desta forma, descrito como uma sociedade ideal em oposição à sociedade colonial. As duas sociedades seriam códigos binários, distintas e opostas, ajudando a diferenciar Palmares do mundo colonial português, ou melhor, o quilombo tornou-se a antítese da sociedade colonial.

Palmares marcaria sua diferença em relação à colônia portuguesa também na agricultura. Lá era praticada a policultura em oposição à monocultura. Segundo o texto, plantava-se “milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, legumes,” (Ibid.) cultivavam-se pomares imensos de várias frutas e praticava-se o extrativismo da palmeira. Os palmarinos teriam trazido da África essa “tradição de cultivo” de policulturas, além de técnicas agrícolas, de cerâmicas e de “artesanatos”.

O texto aproveita, ainda, para destacar as qualidades intelectuais e a capacidade ou a habilidade dos habitantes de Palmares. “Em Palmares, os negros rebeldes transformaram uma selva inabitável para o homem branco, europeu e escravista, num paraíso de vida e liberdade”. (Ibid.) O texto informa também que essas técnicas utilizadas na extração da palmeira só chegariam aos europeus no século XIX. O MNU apresenta, assim, uma realidade “agrária” oposta àquela encontrada no Brasil, fortalecendo as críticas contemporâneas à concentração de terras e à monocultura. O MNU segue marcando os antagonismos ao descrever a família como poligâmica e o trabalho comunitário. Essa oposição ajuda a construir a imagem de Palmares como um lugar ideal.

Colhidos os frutos que as **mãos livres** semeavam, havia a celebração, **numa semana inteira de festejos** na qual **homens livres** faziam **culto à vida**, comendo e bebendo, **da mesma bebida, cantando e dançando**. Afinal tinham alcançado seus objetivos: **em liberdade**, longe do trabalho forçado das chibatas dos senhores de engenho, conseguiam viver e **manter a espécie, através do trabalho conjunto**. (Ibid. Grifos meus)

Este trecho rico em imagens “alegóricas” trabalha novamente com a lógica da oposição entre Palmares e a sociedade colonial. O Quilombo dos Palmares seria, assim, a antítese da sociedade colonial. As imagens ideais apresentadas no trecho acima advêm, ou melhor, são o oposto dos “problemas” da sociedade colonial. Desta forma, temos a imagem de homens livres, felizes, solidários, vivendo de seu trabalho e que cultuam a vida, em oposição à escravidão, à morte pela violência dos senhores, ao individualismo e à exploração da sociedade colonial. Diante da possível incredulidade do leitor, o MNU afirma que eles “não eram mágicos, nem possuíam poderes sobrenaturais.” (Ibid.) O que sugere a pergunta: como então esses homens construíram essa sociedade ideal? Na verdade essa sociedade não foi uma construção dos palmarinos; mas do MNU, que historiou Palmares ao seu modo e usou essa construção de uma sociedade ideal como uma estratégia política para combater a baixa autoestima dos negros provocada pela discriminação racial.

O MNU apresenta, além de uma imagem da sociedade ideal, o fim desta sociedade ou a destruição de Palmares. Este quilombo teria resistido às expedições de portugueses e holandeses desde 1644. A organização militar, na interpretação do MNU, desenvolveu a guerra de guerrilha como estratégia bem sucedida de defesa contra as investidas de “tropas brancas escravistas.” (Ibid.) De 1670 a 1680, os ataques se intensificaram com vinte e cinco expedições, como informa a entidade. Os palmarinos teriam revidado as investidas, atacando as fazendas da região. Neste momento, a descrição do conflito passa a ter um caráter épico e trágico.

(...) às cercas fortificadas acrescentaram-se enormes buracos camuflados com folhagens, onde caíam os soldados brancos, espetando-se em paus pontiagudos. Se os negros aprimoravam suas técnicas, os brancos fortaleceram seus exércitos. (Ibid. p. 62)

Embora o final da história seja conhecido, o autor provoca uma expectativa no leitor sobre o desenvolvimento da narrativa na última frase da citação. Desta forma, o autor afasta-se do gênero de “escrita histórica” e aproxima-se do “gênero literário”. Neste sentido, acredito que há uma intenção deliberada por parte dos autores em apresentar uma tragédia épica e não uma análise histórica da questão.

O desenvolvimento da trama segue narrando as negociações de paz, antes do “ataque final” dos portugueses. Estes teriam proposto uma trégua aos palmarinos que, segundo o MNU, os dividiu em dois grupos. Os palmarinos mais velhos aceitavam os termos do acordo e os mais novos os achavam humilhantes. No entanto, chegaram a um acordo imposto pelos palmarinos, mas favorável aos dois lados e em que ambos ficaram insatisfeitos, segundo o MNU. O período de paz chegou ao fim com o assassinato de Ganga-Zumba, o primeiro líder de Palmares. Zumbi torna-se o novo líder e os conflitos recomeçam.

A narrativa apresenta, enfim, o clímax da ação dramática de Palmares. Com o retorno do conflito, que será o último ato, os autores descrevem a personalidade do oponente dos palmarinos – Domingos Jorge Velho – e de seu exército, contratados pelos portugueses “para a vitória completa e definitiva”. (Ibid. p. 62)

Experiente **bandido, rodeado de capangas e mercenários cruéis e sanguinários, aliciando à força índios e criminosos.** Domingos Jorge Velho alugava-se às classes dominantes para o **serviço especializado de dizimar os oprimidos (...)**. Seu bando saqueava as aldeias do caminho, **as mulheres tinham que ser escondidas para não serem estupradas** e ele próprio ia à luta carregando sete concubinas índias. **Ele detestava os índios (...). Na expedição para Palmares, duzentos índios recusaram-se a acompanhá-lo, ele mandou cortar a cabeça de todos.** Além de receber todo o financiamento, armas, munições e abastecimentos, **ele ainda teria o direito de vender todos os negros capturados.** (Ibid. p. 63. Grifos meus)

O MNU apresenta, assim, o inimigo que personifica a imagem do agressor de Palmares. A caracterização de Domingos como um homem “irracionalmente violento” ajudará a compor a imagem de Zumbi como herói. Como o MNU identifica em Domingos o vilão, acredito que essa imagem serve para personificar as “classes dominantes”.

O texto descreve as duas últimas lutas entre os palmarinos comandados por Zumbi e “os bandoleiros” (Ibid.) comandados pelo “Bandeirante” – Domingos Jorge Velho. Na primeira batalha, vitória de Zumbi; na segunda, vitória de Domingos. Zumbi escapou, mas foi capturado e morto; sua cabeça foi levada para a praça pública de Recife para mostrar aos escravos que Zumbi não era imortal, afirma o MNU. A história terminou com um fim trágico, mas também com muitas lições a serem aprendidas.

Zumbi tombou, porém os negros continuaram fugindo para as matas e formando quilombos. Ainda hoje todos nós negros somos **(ou devemos ser)** comprometidos com a luta e com a liberdade e a criação de uma sociedade justa, e **trazemos na memória**, a luta deste herói que nos mostrou a importância da luta para se atingir a vitória (...). (Ibid. p. 63. Grifos meus)

Ao tentar, deste modo, fazer com que todos os negros sejam comprometidos com seus objetivos, o MNU usa a imagem de Zumbi e Palmares como recurso retórico para convencer os negros de que eles devem continuar lutando para alcançar a “vitória”. O MNU pretende, desta forma, motivar os negros a lutar contra o racismo e combater os efeitos psicológicos da discriminação racial. Além de combater a imagem do escravo passivo e dócil, o movimento apresenta aos negros uma imagem da qual eles podem se orgulhar.

Séculos antes do Brasil ser livre, Palmares foi livre. Séculos antes do país considerar-se livre. Palmares foi país e estado livre. (MNU, 1998, panfleto)

(...) Palmares foi o autêntico berço da nacionalidade brasileira, ao se construir como efetiva democracia racial e Zumbi, o símbolo vivo da luta contra todas as formas de exploração. (GONZALES in *Lugar de Negro*, 1982, p. 57)

Essa visão de História foi chamada por Michael George Hanchard do “eu também”, ou seja, forma um passado do qual o negro pode se orgulhar. (HANCHARD, 2001, p. 193) Reivindica-se um

patrimônio histórico que pode ser equiparado em termos de valor histórico ao dos brancos, e, sobretudo, mantendo a marca da especificidade.

Para Joel Rufino dos Santos, que além de militante é historiador, em artigo publicado na *Revista do MNU* de 1981, a interpretação sobre Palmares passou de um “surto prolongado de covardia” ou banditismo para a compreensão de que Palmares foi um “Estado”. Para Santos, Palmares ou Angola Janga (Angola Pequena) como seria chamada pelos quilombolas, “foi um estado alternativo”. (SANTOS in MNU, 1981b, p. 4) Palmares seria um dos exemplos que confirmariam que a história do negro é a história mesmo do Brasil. Essa nova interpretação da história do Brasil foi de responsabilidade do “movimento negro” que produziu uma revisão historiográfica, segundo Santos.

Embora a interpretação de Santos apresente a mesma lógica de oposição entre Palmares e a sociedade colonial, ele acaba construindo uma sociedade diversa daquela encontrada no livro do MNU já apresentado. Para ele, “a sociedade colonial era mercantil-escravista – em Angola Janga havia uma ‘servidão consentida’.”(Ibid.) O servo não seria uma mercadoria, e a servidão seria transitória. Segundo Santos, a servidão não visava o acúmulo de riquezas ou o ócio do homem livre. Essa informação diverge da imagem de uma sociedade livre e de trabalho comunitário apresentada pelo MNU.

Ainda com relação à análise do autor, “na realidade colonial, o poder era vertical, concentrado, instrumento de classe – em Angola Janga vigorava o princípio **democrático de ‘poder – trava poder’**; os governantes (...) dos mocambos (...) eram eleitos e destituíveis”. (Ibid.) Embora a ideia de democracia permaneça, aparece um elemento novo sobre a imagem de Palmares: a eleição e possibilidade de destituição dos governantes dos mocambos ou aldeias.

A última oposição marcada por Santos refere-se exatamente à relação “raça-classe”. “Na sociedade colonial, as diferenças de classe eram tão rígidas que alguns historiadores dizem-na ‘de castas’ ou estamental (...). **A cor da pele**, em Angola Janga, **não servia absolutamente para nada**. Sobretudo, não servia para marcar **diferenças de classe**, inexistentes ali. (Naturalmente, havia em Palmares, entre uns 30 mil habitantes, na época de maior florescimento, diferenças sociais – o que é outra coisa.)” (Ibid.) O autor conclui que Palmares foi a única democracia racial no Brasil e que embora os negros tenham a hegemonia sobre o Estado, eles não eram uma classe dirigente.

Inicialmente, destaco na análise de Santos a atitude acrítica em relação a Palmares, relevando assuntos como servidão, diferenças sociais e relativizando a hegemonia dos negros no poder. O segundo ponto a ser destacado são outras imagens sobre Palmares apresentadas pelo autor que podem ser associadas àquelas que já apresentei. Sendo assim, acredito que dentro do próprio MNU não há uma imagem unívoca sobre Palmares, já que a este podem ser associadas outras imagens, gerando uma multiplicidade de referências sobre o quilombo.

A defesa de Zumbi como herói dos negros inicialmente foi uma proposta do Grupo Palmares de Porto Alegre, que, por volta de 1970, procurava um “marco histórico” que substituísse a Abolição. O MNU não só apoiou a ideia, mas também ajudou a divulgar as imagens e os feitos de Zumbi.

Ele rompeu com Ganga Zumba que era a favor de um acordo com as classes dominantes e **preconizou antes do capitalismo, durante a escravidão, a independência e libertação dos trabalhadores**. Aliás, nem Carlos Marx havia nascido ou tinha sua mãe gestado na Alemanha. (MNU, 1981b, p. 2. Grifo meu)

O MNU procurou também impedir a apropriação oficial da imagem de Zumbi como herói nacional. A entidade reagiu ferozmente às comemorações oficiais do Estado que utilizaram a imagem de Zumbi. O MNU criticou a atitude do Prefeito de São Paulo – Reynaldo de Barros – que instituiu em janeiro de 1981 o troféu Zumbi dos Palmares. Os melhores trabalhos apresentados a uma comissão julgadora seriam selecionados e premiados com o troféu. O MNU respondeu que os militantes deveriam abrir os olhos, pois “Zumbi não precisa ser homenageado e reconhecido pelo senhor prefeito”. (MNU, 1981a, p. 19)

A Revista de novembro de 1981 também saiu em defesa de Zumbi, afirmando que todos queriam idolatrar o herói nas comemorações do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, inclusive os padrões para impedir que os negros se tornassem revolucionários e conscientes. Em seu favor, o MNU lembrou as “implicações históricas” de Zumbi. Pois, da mesma forma que este rompeu com Ganga Zumba por defender a continuidade da guerra contra os portugueses, os negros não deveriam aceitar os acordos com a classe dominante. (MNU, 1981b, p. 2)

O MNU justificou a substituição do “13 de maio” pelo “20 de novembro”, argumentando que procurava “uma data que tivesse um significado mais fortemente enraizado em nossas lutas, nas lutas do

povo negro no Brasil. Com este intuito, um número cada vez maior de entidades negras passaram a adotar a data da morte de Zumbi dos Palmares como o dia mais significativo para as comemorações dos ideais de liberdade do Povo Negro”. (MNU, 1980, p. 19) Assim, o MNU procurou uma data na qual a ideia de resistência do escravo pudesse se encaixar melhor. Comemorar a liberdade consentida pela bondosa Princesa Izabel incomodava aqueles que entendiam que a liberdade dos escravos não foi conseguida com a assinatura da Lei Áurea, momento este no qual quase todos os escravos já estariam livres. A liberdade teria sido conseguida com muita luta, rebeldia e resistência do escravo. A imagem do quilombo formado por ex-escravos que virou Estado e durou cerca de cem anos com cerca de cinquenta mil habitantes é seguramente mais inspiradora para as lutas atuais dos negros do que a imagem da liberdade consentida por uma Princesa bondosa.

O 20 de novembro transformou-se num ato político de afirmação da história do povo negro, justamente naquilo em que ele demonstrou sua capacidade de organização e de proposta de uma sociedade alternativa (...). (GONZALES, in *Lugar de Negro*, 1982, p. 57)

O MNU procurou também divulgar seu novo herói através de festivais como o Festival Negro Comunitário-Zumbi (Feconezu), marchas e palestras todos os anos no dia 20 de novembro e tem conseguido sucesso. Expandiu essa ideia a outras entidades e em algumas cidades é feriado. Agora o MNU quer internacionalizar seu herói e pretende “realizar campanhas para fazer de Zumbi um herói mundial”. (MNU, 2001, p. 8)

4. O descendente de escravo como trabalhador explorado e oprimido

No entanto, o discurso do MNU sobre a escravidão não é composto apenas de narrativas sobre revoltas, quilombos e a resistência do escravo. Seus panfletos trazem outras imagens para construir o passado. A escravidão aparece também como início do processo de exclusão racial que perduraria até nossos dias. A narrativa sobre a escravidão começa invariavelmente com a invasão europeia das terras indígenas e a posterior distribuição das terras aos colonizadores e a escravidão é entendida como resultado do interesse mercantilista europeu. Impossibilitados de escravizar os índios, eles recorreram à escravização dos africanos. Assim, aparece mais uma imagem associada ao negro: a do primeiro trabalhador brasileiro. Essa imagem associa-se à ideia de que os negros seriam os responsáveis pela construção do país.

São os trabalhadores que vieram da África contra sua vontade e, aqui, construíram com sua força de trabalho cada pedaço deste país (...).(COORDENAÇÃO DAS ENTIDADES NEGRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1983, folheto)

O Brasil é um país de índios, construído por negros, em benefício dos Brancos. (MNU, 1981b, p. 1)

Na visão do MNU, a imagem de trabalhador associa-se também à imagem do explorado coagido pela violência dos seus senhores, dos feitores, dos capitães do mato e da polícia. Preterido pelo imigrante como força de trabalho, apesar de ter servido como força de trabalho nas lavouras e nas cidades por séculos, o MNU concluiu que os negros são, assim, “os mais *oprimidos* dos *oprimidos*, não só aqui, mas em todos os lugares onde vivemos”. (MNU, 1988, p. 0)

Esse processo de exclusão possui a Abolição como marco definidor entre os diferentes mecanismos de exclusão, primeiro a escravidão e depois o racismo. Logo, a história da escravidão para o MNU é a história da estruturação da exclusão racial no Brasil. Após a Abolição, a elite brasileira apenas teria criado novos mecanismos para manter a exclusão dos negros.

Abolição

...as batalhas históricas, como a da abolição, são travadas pelos menos duas vezes: a primeira ocorre na forma de eventos e é um combate histórico; a segunda se dá quando da interpretação dos fatos e consiste numa batalha historiográfica (HASENBALG, 1991)

A Abolição como símbolo da libertação dos escravos é, com certeza, o fato histórico mais contestado pelo MNU, sendo a escola vista como a principal divulgadora desta imagem da Abolição. Ela é definida como a porta-voz da “História oficial” do Estado.

Na escola, aprendemos do primário ao colégio que a princesa Isabel, aproveitando-se da ausência de D. Pedro II, num ato de bondade, assinou a Lei Áurea. (MNU in MOURA, 1983, p. 158)

A imagem da bondosa princesa Izabel foi profundamente contestada pelo MNU, assim como do abolicionista Joaquim Nabuco. A Abolição passou a ser entendida, pelo MNU, como uma questão estrutural dentre as reformas liberais e um jogo de interesses da elite brasileira.

Atenção: Joaquim Nabuco sempre colocou seu talento, no Império e na República, a serviço dos interesses mais estratégicos das classes dominantes, ainda que para isso tivesse que contrariar alguns fazendeiros brancos. A abolição de Joaquim Nabuco, parlamentar e branca, é a abolição das classes escravocratas. (MNU, 1992, p. 7)

O significado da Abolição como o fim de uma sociedade injusta e o começo de uma igualitária é, deste modo, criticado pela entidade. Para o MNU, a Abolição teve o “objetivo claro de atender aos interesses de dominação econômico e político da burguesia cafeeira e exportadora, que precisava derrotar a Monarquia e os monarquistas (decadente burguesia açucareira do Nordeste e os cafeicultores do Vale do Ribeira) para, através da implantação da República, expandir seus negócios e consolidar seu domínio”. (MNU, 1988, p. 21) O MNU argumenta também que a Inglaterra pressionava o Brasil para abolir a escravidão, compatibilizando, desta forma, o país ao capitalismo industrial. A Inglaterra que controlava a circulação de mercadorias no mundo proibiu o tráfico de escravos para garantir um mercado consumidor, segundo o MNU.

As críticas do MNU vão além, afirmando que o fim da escravidão serviu, na verdade, para desonerar a produção agrícola e a “grande maioria de negros eram ‘livres’, e os escravos eram minoria em todo o país”. (MNU, 1988, folheto) Sendo assim, somente as classes dominantes teriam motivos para comemorar a Abolição. Para o MNU, os negros ficaram fora do processo produtivo, não podendo integrar-se à sociedade. Para o MNU, uma “Abolição de fato pressupõe transformações profundas na sociedade brasileira como acesso ao trabalho e uma justa distribuição de renda, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, devolução aos seus descendentes das terras conquistadas pelos quilombos (...)”.(Ibid.)

Podemos observar que a noção de Abolição do MNU vai muito além da simples libertação dos escravos, acrescentando reivindicações contemporâneas como “a reforma agrária sob o comando dos trabalhadores.”(Ibid.) Esses argumentos formam a base para o MNU criticar as comemorações oficiais do Centenário da Abolição ou a “Farsa da Abolição”, como foi chamada pela entidade. Em maio de 1988, em Salvador, o MNU, o Grupo Ilê Aiyê e o Grupo Ginga recorreram a um *outdoor* para protestar contra as comemorações do Centenário com a seguinte frase:

13 de maio de 1988; A princesa **esqueceu** de assinar nossa carteira de trabalho. (MNU, GRUPO ILÊ AIYÊ e GRUPO GINGA in SILVA, 1988. Foto)

Em 1988, entidades do movimento negro carioca, dentre elas o MNU, organizaram uma passeata contra a “Farsa da Abolição” para o dia 11 de maio, com objetivos de protestar contra as comemorações

oficiais de 13 de maio de 1988. Quem nos conta esta história é Carlos Nobre, militante do MNU/RJ no *Jornal Questões Negras*. Decidiu-se que a passeata iria sair da Igreja da Candelária e seguir em direção à Central do Brasil pela Avenida Presidente Getúlio Vargas, passando em frente ao monumento de Duque de Caxias, que fica próximo à Central. A passeata poderia passar despercebida se não fosse a tensão criada entre o Exército e o Movimento Negro da Baixada Fluminense. Um dos seus líderes, Frei David, defendia a tese de que o Exército usara os escravos como “bucha de canhão” durante a Guerra do Paraguai, e que ele tinha uma estrutura hierárquica e elitista.

O Exército correu em defesa do Monumento de Duque de Caxias, temeroso de agressões por parte dos militantes. De acordo com Amauri Mendes Pereira do IPCN, foi instalado um clima de terror pelos policiais e militares. A marcha poderia tornar-se um conflito aberto, já que havia forte presença policial, e quando os militantes chegaram próximos à Central as luzes da avenida se apagaram, aumentando a tensão. A defesa da integridade dos monumentos e das pessoas prevaleceu, e o fato foi definido por Nobre como “o fato político mais consistente da história do movimento negro urbano do Rio nos últimos tempos”. (NOBRE in *Jornal Questões Negras*, 1998, p. 6) Num país onde os monumentos públicos são depredados e abandonados pelas próprias autoridades do Estado, este fato parece-me também bastante significativo.

Pós-Abolição

$$\begin{array}{r} 372 \text{ ANOS DE ESCRAVIDÃO} \\ + 100 \text{ ANOS DE "ABOLIÇÃO"} \\ \hline = 472 \text{ ANOS DE OPRESSÃO} \\ \text{(MNU, 1988. Folheto)} \end{array}$$

1. A exclusão social do negro após a abolição

Para escrever a história do negro após a Abolição, o MNU recorreu à imagem do escravo alienado pela escravidão. Este não conseguiria entender as exigências da nova sociedade. Era necessário que ele tivesse um processo de adaptação, segundo o MNU.

O **desconhecimento** da nova linguagem trabalhista e as dificuldades de competir pelas vagas que se abrem na indústria e no comércio, faz com que muitos, nesse período de transição, se incorporem à massa de marginalizados que lutam pela sobrevivência nas grandes cidades brasileiras, vivendo de inúmeras formas de subempregos que margeiam as ocupações regulares, registradas e reconhecidas pela legislação. (MNU in MOURA, 1983, p. 158. Grifo meu).

Durante o período da escravidão o desenvolvimento do negro foi impedido, e após a Abolição, não entendia às exigências do trabalho assalariado (...). (Ibid. p.159)

O MNU atribuiu, desta maneira, a exclusão social do negro logo após a escravidão à incapacidade do ex-escravo de compreender ou de se adaptar ao trabalho livre, à disciplina e ao ritmo do trabalho fabril. O ex-escravo não teria, portanto, condições para competir com os demais trabalhadores, muitos deles imigrantes. O projeto abolicionista, na interpretação do MNU, preocupou-se mais com a implementação dos ideais liberais, com o fim da escravidão e a proclamação da República, e não com a implementação de políticas para incluir o negro na sociedade. Provavelmente influenciados pelos textos de Florestan Fernandes, a entidade afirma que os ex-escravos que não tinham os direitos de um “cidadão”, foram então “abandonados” pela nova sociedade e finalmente substituídos pelo imigrante. Desta forma, os negros precisariam recorrer ao “roubo” para sobreviver na nova sociedade.

(...) os setores abolicionistas não tinham nenhum interesse em estimular e desenvolver um processo de adaptação do negro ao novo modo de produção instalado no País. Foi, então instituído a sua substituição por imigrantes europeus. (Ibid.)

Sem trabalho, **com o estigma de escravo-coisa e não ser-humano**, o negro, discriminado pela sociedade, **foi jogado à marginalidade**. Às favelas e mocambos. À

fome. “Roubar” era a única alternativa para continuar vivo. (Ibid. grifos meus)

No entanto, no jornal do MNU de 1992, encontrei um artigo que começa a rediscutir essa questão. Agora, a exclusão social do negro é justificada somente pela discriminação racial que impede que ele encontre espaço no mercado de trabalho e não por sua suposta incapacidade diante de um novo sistema. Numa sociedade racista, recém abolida a escravidão, o imigrante europeu teria muito mais chances de conseguir um emprego do que um trabalhador negro por conta da discriminação racial.

A justificativa para o estado de miséria da maioria negra no período pós-abolição, e para sua exclusão do mercado formal de trabalho era a **suposta** não-qualificação. (PEREIRA in *Jornal do MNU*, 1992, p.11. Grifo meu)

Mas uma reformulação mais precisa sobre a exclusão social do negro na passagem da escravidão para o capitalismo apareceu em documentos em 1996:

Na passagem do escravismo para o capitalismo, os descendentes de africanos foram marginalizados como trabalhadores, **impedidos** de participar do novo sistema, porque **o rigor na seleção racial** para ocupações mais valorizadas, em regiões influenciadas ou não pela imigração, **estava marcado pelo interesse da classe dominante em privilegiar o trabalhador branco**. (MNU, 1996, p. 8. Panfleto. Grifos meus)

Descarta-se, nesta visão, a ideia de incapacidade, alienação, “atraso”, provocados pela escravidão e o argumento de desconhecimento da nova sociedade. A justificativa para a marginalização do negro no mercado de trabalho na sociedade capitalista passa a ser a discriminação.

Acredito que essa mudança de postura na interpretação do período pós-abolição deve-se, possivelmente, à influência de novas teses acadêmicas sobre o período, produzidas na década de 1980, muito embora, seja difícil comprovar isso, pois o MNU raramente cita suas fontes. Contudo, podemos observar uma diferença na forma de enxergar a exclusão social do negro.

Excluído do mercado de trabalho – sob a pecha de indisciplinado, preguiçoso e pouco inteligente – restou ao negro as posições menos valorizadas da estrutura ocupacional, caracterizando uma **DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO**, que não foi rompida nem mesmo com o crescimento das relações capitalistas. (Ibid.)

2. Resistência e Revoltas

Ao comentar o período pós-abolição no livro *1978-1988. 10 anos de luta contra o racismo*, a entidade descreve os primeiros anos da vida do ex-escravo, as oportunidades de trabalho, a religião e os costumes e por fim volta-se novamente para as “revoltas populares”, só que agora na República. O texto destaca a Revolta da Vacina, passando pela Revolta da Chibata no Rio de Janeiro; apresenta as entidades negras na década de 1930, como a FNB; na década 1940 destaca entre outros o TEN; inclui também as Ligas Camponesas do Nordeste em sua narrativa, sendo sucedida por uma pequena análise sobre o movimento negro no período que vai de 1930 ao Golpe Militar de 1964.

Novamente o MNU caracteriza os atos de resistência dos negros de duas formas: primeiro aqueles que não são organizados por negros, mas nos quais se acredita que estes sejam a maioria, como a Revolta da Vacina, e especialmente a Revolta da Chibata liderada por João Cândido. A segunda forma são as entidades como a Frente Negra Brasileira, o TEN, além dos grupos religiosos e entidades negras recreativas que seriam criados e dirigidos pelos negros.

A da Revolta da Vacina e da Chibata são para o MNU rebeliões de caráter popular nas quais os negros participaram intensamente. Sob o comando do marinheiro negro João Cândido, os marinheiros tomaram três cruzadores em 1910 no atual Estado do Rio de Janeiro; rebelião esta que ficou conhecida como Revolta da Chibata. Segundo o MNU, a Marinha, durante a primeira República, mantinha uma hierarquia aristocrática; sendo seus oficiais membros da elite, enquanto os marujos eram das “classes populares”. Muitos destes eram negros que reivindicavam o fim das torturas, o aumento do soldo, o direito às leis republicanas e mais educação para os marinheiros. No mesmo dia, as reivindicações dos amotinados foram atendidas pelo Congresso. Para o MNU, eles foram presos dias depois e condenados a duras penas, dentre eles o líder João Cândido.

O MNU dispensa especial cuidado ao líder da revolta, parecendo mesmo que seu interesse pela revolta restringe-se somente em lembrar seu nome. Preso por dezoito anos, sem julgamento, João Cândido foi solto com a ajuda da irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Morreu em 1969 com quase noventa anos, e segundo o MNU, ele “é considerado o **primeiro herói brasileiro do século XX.**” (MNU, in *Jornal Questões Negras*, 1998, p. 8. Grifo meu)

As primeiras associações negras – criadas e dirigidas por negros – após a República reconhecidas pelo MNU são aquelas ligadas à religião, como o *candomblé tradicional*, além de outras. A aproximação do catolicismo às “religiões de origem africana”, na visão do MNU, já era uma herança da escravidão, quando o negro tinha que “se apropriar da religião dos senhores como uma máscara que lhe permitisse manter seus cultos”. (MNU, 1988, p. 66) Nasceram, assim, as irmandades para leigos, e entre estas, as “irmandades de negros africanos; de negros brasileiros, mulatos.” (Ibid.)

A Frente Negra Brasileira (1930-37) é para o MNU um segundo exemplo de organização dos negros “autêntica”. Ela teria se tornado a “mais poderosa organização política negra, de massa deste século [XX].” (Ibid. p. 69) O MNU completa afirmando que a FNB tinha aproximadamente duzentas mil pessoas, cerca de 0,5% dos habitantes do país na época, com ramificações por todo o interior do Estado de São Paulo e em mais oito Estados. “Era nos núcleos [de arregimentação de militantes] que alguns de seus militantes eram **adestrados** militarmente para depois serem incorporados à Milícia Frenetenegrina – nome do seu braço armado”. (Ibid.) A FNB teria ainda “agitadores profissionais”, teria sido responsável pela organização de desfiles, passeatas, pela publicação do *Jornal A Voz da Raça* e mobilizado as empregadas domésticas. Os objetivos da Frente Negra seriam educar e congregar os negros. Fechada em 1937 por Getúlio Vargas quando ela se tornou um partido, a FNB ainda tentou sobreviver com o nome de União Nacional Brasileira, mas os militantes afastaram-se graças ao paternalismo da Consolidação das Leis do Trabalho associada à repressão de Getúlio Vargas. Segundo o MNU esse é um exemplo de “como o colonialismo cultural – eurocentrismo – e outras práticas elitistas existentes na sociedade atuam de maneira nefasta na formação de um movimento social”. (Ibid. p. 70)

Na década de 1940, além do TEN, criou-se também O Comitê Democrático Afro-Brasileiro, ambos fundados por Abdias do Nascimento no Rio de Janeiro. O TEN tornou-se “um centro polarizador da luta contra o racismo, aglutinando negros de diferentes condições sociais” (Ibid.) e o Comitê atuou na luta para redemocratização do país após a ditadura do “Estado Novo”. Ambas as entidades tiveram um fim melancólico: a falta de verba e apoio desestimulou os militantes.

Essas entidades criadas pelos negros foram avaliadas pelo MNU que as dividiu em dois tipos: as assimilacionistas e as que defendiam uma prática cultural. A primeira congregaria as entidades religiosas recreativas e de massa como as escolas de samba. Apesar de terem “perspectivas e anseios ideológicos elitistas, e culturais de massa” (Ibid. p. 74) elas teriam feito um importante trabalho de resistência cultural e manifestado a insatisfação da comunidade negra. Essas entidades, para o MNU, por reunir um grande número de pessoas foram alvo de manipulação e vigilância pelo Estado. As entidades negras de segundo tipo, aqueles que defendiam uma prática cultural, são definidas pelo MNU como entidades que eram organizadas ao “estilo das recreativas, mas que [se] propõem a um melhor conhecimento ou a uma prática cultural mais politizada”. (Ibid.) A Frente Negra seria um exemplo de entidade que teria sintetizado os dois tipos, o que explicaria o alto número de militantes.

No entanto, as entidades que defendiam uma prática cultural, também chamadas de entidades culturais, encontraram sua melhor expressão na década de 1940, segundo o MNU. As entidades desse período teriam intensificado as agitações intelectuais e políticas, além de redefinirem e implantarem de forma definitiva as reivindicações da comunidade negra. O TEN “foi a mais alta expressão desse tipo de entidade. Sua posição crítica em face do racismo (...) significou um grande **avanço** no processo de organização da comunidade. O TEN inaugurou um importante processo **que se estenderia** pelos anos sessenta **até os dias atuais.**” (Ibid. p. 74) O TEN seria a primeira entidade a ser influenciada pela negritude, definida como a retomada da afirmação de valores abandonados pela corrente assimilacionista. Segundo o MNU, neste momento, “o negro se dá conta de que a sua **salvação** não está na busca da **assimilação** com o branco, mas sim na **retomada** de si, isto é, na sua **afirmação cultural, moral, física e intelectual**, na crença de que ele é **sujeito de uma história e de uma civilização** que lhe foram negados”. (MUNANGA apud MNU, 1996, p. 8. Panfleto. Grifos Meus)

Estas revoltas, rebeliões ou organizações são apresentadas ao leitor em sequência cronológica. Em seu livro, o MNU afirma que o negro teve seu desenvolvimento impedido pela escravidão. Após a Abolição, como o negro foi excluído da sociedade, ele precisou se associar para enfrentar a exclusão.

Essas primeiras instituições ligadas à religião eram o estágio inicial na organização do negro. Ele estaria, assim, se desalienando e começando a compreender a nova sociedade.

A **necessidade** de manterem-se juntos faz com que os negros nos seus locais de moradias criem novos grupos a partir de lideranças que se firmam geralmente apoiadas pela autoridade do Santo; se organizavam as alternativas lúdicas em várias formas de comunhão e participação estruturada como nos afoxés (...), como no jongo dos bantos (...). (MNU, 1988, p. 66. Grifo meu)

O caráter essencialmente religioso das associações negras é substituído pela participação nas revoltas urbanas; mas ainda sem organização, a exemplo da Revolta da Vacina. Com a Revolta da Chibata, alcança-se um novo estágio da organização do negro, no entanto, ainda não há as reivindicações específicas do negro. A FNB seria o passo seguinte nesta evolução das organizações negras sucedido pelo TEN, chegando ao seu ápice com MNU. Essas organizações anteriores ao MNU são classificadas por Gonzales como tentativas e experiências, ou seja, não produziram nada de duradouro, mas apenas prepararam o movimento para seu amadurecimento futuro.

A sequência acima apresenta as transformações, ou melhor, os avanços e as evoluções, segundo o MNU, das associações de negros desde o início do século, culminando na fundação deste movimento em 1978. Ou seja, o MNU apresenta em seus textos as diferentes formas associativas dos negros através de um processo evolutivo no qual uma forma associativa é sucedida ou substituída por outra à medida que o negro consegue abandonar a alienação em que se encontrava por conta da escravidão e começa a entender a sociedade capitalista. Essa avaliação que o MNU faz da História do movimento negro baseia-se no conceito-chave dos níveis de consciência racial. A compreensão que uma dada entidade tem da realidade social é resultado direto do nível de consciência racial da entidade, assim, existem aquelas entidades que teriam um baixo ou um alto nível de consciência racial. Essa narrativa reserva ao MNU um lugar especial dentre as entidades, pois ela seria herdeira dessa tradição de luta dos negros desde a escravidão e fundaria um novo estágio organizacional mais consciente para o movimento negro.

Conclusão

É importante perguntar, agora, por que o MNU escreve a História deste modo, pois sua escrita não é ao acaso, ou descoordenada. Ela responde às expectativas do MNU, ao seu contexto, mas principalmente, ela se relaciona à forma como o MNU enxerga a teoria histórica, ou seja, como o MNU justifica o seu interesse pela História e o que ele entende por ela. Como vimos, o ponto de partida do seu interesse pela História é a necessidade de construção da identidade negra.

A entidade define, inicialmente, negro através de características fenotípicas como sendo todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça. No texto escrito por Silva, militante do MNU, negro é definido como todas as pessoas que apresentam características negras, tais como, cor de pele, cabelos, traços fisionômicos, conformações físicas e que tenham na sua ascendência pessoas de raça negra. Com essas definições, o MNU pretende polarizar a “relação racial” entre brancos e negros, eliminando a possibilidade de uma pessoa identificar-se como “pardo”, “mulato”; ou seja, ele pretende politizar o espaço étnico/racial e estabelecer ou criar fronteiras étnicas/raciais mais nítidas.

No entanto, para o MNU, o negro só pode construir a sua identidade e reconhecer-se como negro se assumir também os elementos de uma cultura tradicional. Assim, assumir-se como negro significa também reconhecer os elementos culturais ditos tradicionais ligados à África, frequentemente chamados de retorno às raízes, valorizar o papel do negro como sujeito histórico, mas sobretudo reconhecer-se como o setor mais oprimido e explorado da sociedade. Deste modo, a cultura e seus elementos constitucionais seriam os responsáveis por gerar, articular e dar sentido ao grupo.

Como pudemos observar, a interpretação do Movimento Negro Unificado sobre o passado não é algo estanque. Ela sofreu algumas alterações ao longo do tempo, seja na escravidão, quando Edson Borges abandona a idéia de alienação do escravo, seja com relação a Palmares, já que Joel Rufino dos Santos apresenta imagens novas e algo contraditórias em relação às demais imagens sobre Palmares produzidas pelo MNU. Além disso, vimos as interpretações conflitantes das décadas de 1980 e 1990 sobre o período pós-abolição produzidas pelo movimento. Na década de 1990, o MNU abandonou a explicação da década anterior de alienação e despreparo do ex-escravo para viver como homem livre na sociedade pós-abolição e recorreu somente à noção de discriminação racial para explicar a exclusão social

do negro após 1888. E por último, à medida que o MNU se aproximava da África na década de 1990, vimos que seus militantes construíram uma perspectiva de análise particular que eles chamaram de “olhar negro-africano” ou de africanidade, afastando-se da perspectiva de análise da “esquerda” da década de 1980. Isso não significa em hipótese nenhuma uma aproximação com a “direita”, mas uma independência analítica para nortear suas reivindicações. A “luta de classes” é substituída pela “raça” como conceito fundamental para se entender os mecanismos de exclusão.

O argumento pelas **reparações** defendido na atualidade ampara-se principalmente no discurso sobre a História que define o negro como um oprimido e como um explorado; ou seja, a ação política do MNU – e por que não, do movimento negro como um todo – é definida, em grande parte, pela interpretação que estes fazem do passado.

A questão no momento não é saber se essas descrições históricas são ou não verdadeiras, e sim perceber a capacidade que elas tiveram de criar símbolos para o MNU. Símbolos esses que foram recriados nos discursos de militantes e também de pesquisadores. Ao contar e recontar essas histórias, o MNU desempenha um papel especial, organizando socialmente a consciência do grupo ‘racial’ e afetando o importante equilíbrio entre atividade interna e externa – as diferentes práticas, cognitivas, habituais e performativas, necessárias para inventar, manter e renovar a identidade. Assim, o movimento negro reivindica um patrimônio cultural, processando a *invenção da tradição negra*.

Segundo Gilroy, essa idéia de tradição possui um estranho poder hipnótico no discurso político negro. A tradição aparece como oposição à modernidade no sentido de defender um eu étnico-racial. Gilroy ironicamente afirma que os apelos à noção de pureza como base da solidariedade racial são muito populares hoje em dia. Assim a noção de uma cultura negra distinta e autoconsciente se torna plausível para alguns. O movimento negro argumenta que aspectos da vida social do passado – apesar da escravidão – teriam se conservado até o presente e constituiriam essa tradição. A escravidão é vista como aquela que tentou apagar a tradição negra, ou melhor, como um obstáculo a esta.

Hanchard também chama a atenção no final do seu livro para essa exaltação do passado. Ele reconhece que pode haver pontos positivos na celebração do passado, até mesmo da cultura. Contudo, a ênfase num tipo de História que ele chama de “eu também”, a escavação do passado e de uma África unitária e monolítica que forneceria modelos identitários, ideologias e inspiração para ações coletivas, tem sido o principal problema do movimento negro e conseqüentemente do MNU. Ao formularem o que Hanchard caracteriza como abordagem do “eu também” na política e na vida intelectual brasileiras, muitos estudiosos e ativistas do movimento negro construíram Histórias políticas das comunidades africanas e afro-brasileiras que têm apenas uma semelhança idealizada com as formações sociais reais e pluridimensionais. Assim, eles produziram interpretações simplistas que idealizavam sociedades, grupos sociais, as revoltas dos escravos, os quilombos, as comunidades africanas, de forma celebrativa, apagando as “imperfeições” e as “manchas” que possam distorcer a imagem idealizada. Hanchard conclui afirmando que essas imagens foram construídas para serem equivalentes às imagens também idealizadas da história eurocêntrica criticada pelo movimento negro.

Para Hanchard, essa glorificação acrítica do passado e da cultura do negro e da África pode resultar na defesa de injustiças. Um segundo ponto criticado pelo autor é a crença na verdade histórica ou a tentativa de reter e capturar o passado. Para o autor, ao invés de tentar *conhecer* o passado, deve-se dialogar com ele, ou seja, ter uma posição mais crítica em relação ao passado ao invés de tentar resgatá-lo na “totalidade”.

Acredito que o MNU ao recontar a história produziu o reflexo do espelho. Esses militantes partiram de uma “História Oficial” idealizada para produzir o seu equivalente negro. Nesse caso o parâmetro continua sendo a “História Oficial” só que agora numa nova versão. Para cada herói branco construiu-se um herói negro, para as datas importantes da “História Oficial” criaram-se equivalentes para a história do negro.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, A. “O despertar do MNU” in *Jornal Questões Negras...*
 BORGES, E. “A Revolta dos Búzios na Bahia” in *Jornal Questões Negras...*
 COORDENAÇÃO DAS ENTIDADES MEGRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, *Trabalhador Negro: de escravo a desempregado*, 1983. Folheto.
 COORDENAÇÃO DE ENTIDADES NEGRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, *O trabalhador negro: de escravo a desempregado*, 1983. Folheto.

- EXECUTIVA NACIONAL DA MARCHA, *Jornal da Marcha*, São Paulo: Outubro de 1995.
- FERREIRA, Y. “A busca da unidade entre os negros” in *Jornal Questões Negras...*
- GILROY, P. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência...*
- GONZALES, L. “O Movimento negro na última década” in *Lugar de negro...*
- HANCHARD, M. G. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e em São Paulo (1945-1988)...*
- MENDES, A. “A Marcha de 88: A Marcha que mudou o Movimento Negro” in *Jornal Questões Negras...*
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA DISCRIMINAÇÃO RACIAL, *Zumbi: novembro de 1695, novembro de 1978 – pela libertação dos negros –*, Novembro de 1978. Cartaz.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, “500 Anos de colonização: reaja à violência racial, MNU” in *Jornal do MNU*, (21) Julho/Agosto/Setembro de 1992.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, “A Democracia das velhas raposas” *Revista do MNU*, Campinas: (3) Março/Abril de 1981.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, “Dia Nacional da Consciência Negra/Feconezu” in *Revista do MNU*, Campinas: (2) Setembro/Outubro de 1980.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, “Notas e Notícias” in *Revista do MNU*, São Paulo: Novembro de 1981.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, “O papel do aparato policial do Estado no processo de dominação do Negro e a anistia” in C. MOURA, *Brasil: Raízes do protesto negro...*
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, “Os desafios de uma organização” in *Jornal do MNU*, (24) Agosto de 2001.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, “Plano de lutas e o Projeto político da organização traçadas durante XII Congresso Nacional, realizado em abril de 2001” in *Jornal do MNU*, (24) Agosto de 2001.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, *1978-1988. 10 anos de luta contra o racismo...*
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, GRUPO ILÊ AIYÊ e GRUPO GINGA, Salvador: Maio de 1988, *Outdoor*, in J. C. DA SILVA, Salvador: Maio de 1988. Foto.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, *Jornal do MNU*, (21) Julho/Agosto/Setembro de 1992.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, *Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado: “Centenário da Abolição”*, Belo Horizonte: Janeiro de 1988. Folheto.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, *Segure e lance*, 1996.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, CENTRO DE CULTURA NEGRA, COMITÊ BRASILEIRO ANTI-APARTHEID etc., *25 de Janeiro, Dia da “Revolta dos Malês”*, Campo Limpo: Janeiro de 1988.
- MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*, São Paulo: Ática, 1986. citado em MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, *Segure e lance*, 1996.
- NOBRE, C. “A Marcha de 88: Tempo sem Glória” in *Jornal Questões Negras...*
- PEREIRA, D. M. “Negro: supérfluo ou cidadão” in *Jornal do MNU*, (21) Julho/Agosto/Setembro de 1992.
- RUY, A. *A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*, Rio de Janeiro/Guanabara: Laemmert, 1970. Citado em E. BORGES, “A Revolta dos Búzios na Bahia” in *Jornal Questões Negras...*
- SANTOS, J. R. dos “Palmares” in MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, *Revista do MNU*, São Paulo: Novembro de 1981b.
- SILVA, A. C. da “Estudos Africanos nos currículos escolares” in MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, *1978-1988. 10 anos de luta contra o racismo...*
- SILVEIRA, O. “Movimento negro, Palmares: uma consciência em marcha ” *Revista do MNU*, Campinas: (3) Março/Abril de 1981a.
- SILVEIRA, O. Reproduzido em MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1988. Panfleto.